

Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto.

Artigo 15 - No planejamento e execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, deverá ser observada a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à moradia, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Artigo 16 - Para atender às despesas resultantes da aplicação desta lei complementar, fica o Poder Executivo autorizado a:
I - abrir crédito especial até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), na Secretaria de Desenvolvimento Regional;

II - proceder à incorporação, no orçamento vigente, das classificações orçamentárias incluídas pelo crédito autorizado no inciso I deste artigo, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Parágrafo único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo serão cobertos na forma prevista no § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 17 - Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias entram em vigor na data de sua publicação.

SEÇÃO VIII

Das Disposições Transitórias

Artigo 1º - Enquanto o Conselho de Desenvolvimento não especificar as funções públicas de interesse comum, prevalecerão as compreendidas nos campos funcionais elencados nos incisos I a IX do artigo 7º desta lei complementar.

Artigo 2º - Enquanto não for instituída a entidade autárquica a que se refere o artigo 10 desta lei complementar, caberá ao Secretário de Desenvolvimento Regional indicar 3 (três) membros do Conselho de Orientação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, devendo os demais ser escolhidos, em votação, pelo Conselho de Desenvolvimento.

Dessa forma, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2021.

a) Vinícius Camarinha - Relator Especial

DESPACHOS

DESPACHO DE COAUTORIA
PL 36/2021
Deferido o requerimento do Sr. Deputado DELEGADO BRUNO LIMA, de coautoria do PL nº 36/2021. Em 11/8/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

DESPACHO DE RETIRADA

EMENDAS NºS 2, 4, 18, 21 E 30, AO PL 410/2021

Deferido, nos termos do artigo 176, "caput", do Regimento Interno, o pedido de retirada das Emendas nºs 02, 04, 18, 21 e 30, ao Projeto de lei nº 410/2021.

Em 11/8/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

Comissões

CONVOCAÇÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 23, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 12/08/2021, quinta-feira, às 14:00 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de deliberar sobre pauta anexa.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Frederico d’Ávila	PSL	Agente Federal Danilo Balas
Janaina Paschoal	PSL	Tenente Nascimento
Emídio de Souza	PT	Dr. Jorge Do Carmo
Paulo Fiorilo	PT	Márcia Lia
Carlos Cezar	PSB	Caio França
Marcos Zerbini	PSDB	Carla Morando
Mauro Bragato	PSDB	Dra. Damaris Moura
Daniel Soares	DEM	Paulo Correa Jr
Thiago Auricchio	PL	Dirceu Dalben
Wellington Moura	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Heni Ozi Cukier	NOVO	Daniel José
Delegado Olim	PP	Professor Kenny
Marta Costa	PSD	Alex de Madureira

Sala das Comissões, em 10/08/2021.

Deputado Mauro Bragato

Presidente

13ª Reunião Extraordinária

1 - Proposta de emenda à Constituição 1/2021 - Deputado Carlos Giannazi e outros. - Altera os artigos 74 e 139, § 2º, e a denominação da Seção IV do Capítulo III do Título III, e acrescenta o artigo 143-A à Constituição do Estado. - Deputado Marcos Zerbini - Cota propondo juntada das PEC 01/2021 e 04/2021, para tramitarem conjuntamente

2 - Projeto de lei Complementar 22/2019 - Ministério Público - Amplia, no Ministério Público, o Quadro de Cargos de Promotor de Justiça e acrescenta o inciso VI ao artigo 165 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público). - Deputado Marcos Zerbini - favorável à Mensagem Aditiva

Substitutiva nº 1, e contrários à emenda nº 10 - D.O.

3 - Projeto de lei 280/2019 - Deputado Teonilio Barba - Denomina "Vereador José Queiroz Neto - Zé do Norte" o equipamento público estadual conhecido como Fábrica de Cultura Diadema, naquele Município. - Deputado Emídio de Souza - favorável

4 - Projeto de lei 283/2019 - Deputado Mauro Bragato - Denomina "Antonio Moço" o Dispositivo em Desnível - Bairro Noite Negra/Terra Parque localizado no km 463,400 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, no trecho entre Presidente Prudente e a divisa do Estado do Paraná. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

5 - Projeto de lei 300/2019 - Deputado Paulo Correa Jr - Isenta os veículos cujas placas sejam do Município de São Vicente da tarifa de pedágio, na altura do km 280, da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega - SP 055. - Deputado Thiago Auricchio - favorável ao projeto com emenda

6 - Projeto de lei 315/2019 - Deputado Marcos Zerbini - Classifica como de Interesse Turístico o Município de Pirassununga. - Deputado Delegado Olim - favorável

7 - Projeto de lei 513/2019 - Deputado Altair Moraes - Institui o Programa Paulista de Incentivo ao Idoso. - Deputado Heni Ozi Cukier - favorável ao projeto e à emenda nº 1 - P.F.

8 - Projeto de lei 586/2019 - Deputada Leci Brandão - Cria o cadastro de obesidade infantojuvenil nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado. - Deputada Marta Costa - favorável e T.N.

9 - Projeto de lei 638/2019 - Deputado Edmir Chedid - Denomina "Vereador José Braz Lourenço" o trevo de acesso ao distrito de Tujuguaba, localizado no km 175,400 da Rodovia Professor Zeferino Vaz - SP 332, em Conchal. - Deputado Paulo Fiorilo - favorável

10 - Projeto de lei 693/2019 - Deputado Cezar - Denomina "Dr. Gazi Amin Chahrur" a ponte localizada no km 162,350 da Rodovia Otávio Pacheco de Almeida Prado - SP 255, em Jaú. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

11 - Projeto de lei 711/2019 - Deputado Heni Ozi Cukier - Altera a Lei nº 14.707, de 8 de março de 2012, para proibir que seja atribuído aos prédios, rodovias e repartições públicas estaduais o nome de pessoas condenadas criminalmente. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

12 - Projeto de lei 733/2019 - Deputado Delegado Bruno Lima - Inclui conteúdo sobre recepção de ocorrência de proteção animal no programa curricular da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" - ACADEPOL. - Deputado Thiago Auricchio - favorável

13 - Projeto de lei 751/2019 - Deputado Altair Moraes - Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens. - Deputado Heni Ozi Cukier - favorável ao projeto e à emenda nº 1 - P.F.

14 - Projeto de lei 948/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - Torna obrigatória a afixação de placa ou cartaz com mensagem alusiva ao crime de importunação sexual no sistema de transporte coletivo de passageiros no Estado. - Deputado Heni Ozi Cukier - favorável

15 - Projeto de lei 990/2019 - Deputado Sergio Victor - Altera a Lei nº 13.457, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o processo administrativo tributário, decorrente de lançamento de ofício e dá outras providências. - Deputado Carlos Cezar - favorável

16 - Projeto de lei 1002/2019 - Deputada Maria Lúcia Amary - Estabelece diretrizes para implantação, pelos municípios, de grupos de promoção à saúde, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Básica do SUS. - Deputada Marta Costa - favorável

17 - Projeto de lei 1009/2019 - Deputado Douglas Garcia - Institui o "Dia de Combate à Intolerância Ideológica no Estado de São Paulo" -. Deputado Carlos Cezar - favorável

18 - Projeto de lei 1015/2019 - Deputada Dra. Damaris Moura - Denomina "Coronel Rodolpho Pettená" a Variante SP 344/55, que liga o município de Peruibe ao município de Itariri, com seu término na SP 55. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

19 - Projeto de lei 1077/2019 - Deputado Tenente Nascimento - Institui o Programa Escola Estadual Raul Brasil. - Deputada Marta Costa - favorável

20 - Projeto de lei 1084/2019 - Deputado Delegado Olim - Assegura aos portadores de deficiência auditiva ou de afonia o direito à capacidade plena e independente de acionarem os canais de emergência do Estado. - Deputada Marta Costa - favorável

21 - Projeto de lei 1194/2019 - Deputado Rafa Zimbaldi - Autoriza o Poder Executivo a implantar o estudo da Constituição Federal nas escolas da rede pública do Estado, por meio do livro "Constituição em Miúdos" -. Deputada Marta Costa - favorável

22 - Projeto de lei 1269/2019 - Deputado Itamar Borges - Denomina "Wataru Takahashi" o viaduto situado no retorno do km 610,900 da Rodovia SP 300, em Guaraçai. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

23 - Projeto de lei 1280/2019 - Deputado Jorge Caruso - Denomina "Professora Theresinha Barbosa Martinelli" o viaduto localizado no km 217,700 da Rodovia Professor Boanerges Nogueira Lima - SP 340, em Casa Branca. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

24 - Projeto de lei 1309/2019 - Deputado Marcos Zerbini - Denomina "Prof. José Arana Varela" a Faculdade de Tecnologia de Araraquara - FATEC Araraquara, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

25 - Projeto de lei 1312/2019 - Deputado Coronel Telhada - Denomina "Sargento PM Ronaldo Ruas Silva" o túnel localizado entre os km 96 e 96,800, sentido leste, do Rodoanel Mário Covas, em Mauá. - Deputado Paulo Fiorilo - propondo redação final

26 - Projeto de lei 7/2020 - Deputada Janaina Paschoal - Veda o uso de recursos públicos em publicidade e/ou propaganda governamental e institucional fora das hipóteses constitucionais. - Deputada Marta Costa - favorável ao projeto e à emenda nº 1

27 - Projeto de lei 62/2020 - Deputado Itamar Borges - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o rodeio em cavalos na modalidade cutiano. - Deputada Janaina Paschoal - Cota propondo juntada do PL 62/2020 ao PL 559/2019

28 - Projeto de lei 202/2020 - Deputado Ricardo Madalena - Isenta da cobrança de tarifa de pedágio os veículos comerciais de carga nas rodovias do Estado durante a vigência do estado de calamidade pública. - Deputado Marcos Zerbini - Cota propondo a juntada ao PL 178, de 2020, por tratarem de matéria correlata.

29 - Projeto de lei 277/2020 - Deputada Alessandra Monteiro e Deputado Carlão Pignatari - Institui o Plano Estadual de Educação Financeira Familiar. - Deputada Marta Costa - favorável

30 - Projeto de lei 371/2020 - Deputada Márcia Lia - Institui o Programa Sorriso Saudável na 3ª Idade, para pessoas idosas residentes em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência, casas-lares ou similares. - Deputado Heni Ozi Cukier - favorável

31 - Projeto de lei 425/2020 - Deputado André do Prado - Denomina "Professora Tuika Yamamoto de Oliveira Lima" o Polo de Capacitação / Rede do Saber da Diretoria de Ensino da Região de Adamantina. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

32 - Projeto de lei 473/2020 - Deputado Paulo Correa Jr - Estabelece a reversão da faixa de domínio da estrada vicinal Guarauí - Una, que liga o Município de Peruibe e Iguape, para o Departamento de Estradas de Rodagens (DER), efetuando estadualização da referida estrada. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

33 - Projeto de lei 522/2020 - Deputado Carlos Giannazi - Institui o "Dia Estadual da Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural". - Deputada Janaina Paschoal - favorável

34 - Projeto de lei 585/2020 - Deputado Frederico d’Ávila - Denomina "Thomaz Rodrigues Alckmin" o dispositivo de entroncamento localizado no km 265 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Taquarivaí. - Deputado Emídio de Souza - favorável

35 - Projeto de lei 599/2020 - Deputado André do Prado - Denomina "Profª Sílvia Aparecida Bueno Ortolan" a Escola Estadual Jardim dos Ipês, em Ipeúna. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

36 - Projeto de lei 621/2020 - Deputado Roberto Engler - Denomina "Elcio Ricco e Dona Lili" o dispositivo de acesso e retorno com duplo viaduto localizado no km 353,550 da Rodovia Cândido Portinari - SP 334, em Batatais. - Deputado Thiago Auricchio - favoravel ao projeto na forma do substitutivo

37 - Projeto de lei 685/2020 - Deputado Castello Branco - Denomina "Delegado Classe Especial Alvaro Vicente de Luca" o Serviço Aerotático - SAT do Departamento de Operações Policiais Estratégicas - DOPE, da Polícia Civil do Estado. - Deputada Marta Costa - favorável

38 - Projeto de lei 706/2020 - Deputado Marcio Nakashima - Institui o "Dia da Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres". - Deputado Paulo Fiorilo - favorável

39 - Projeto de lei 746/2020 - Deputada Leticia Aguiar - Institui o Programa Fluxo Zero. - Deputado Delegado Olim - favorável

40 - Projeto de lei 765/2020 - Deputado Bruno Ganem - Institui o "Junho Violeta". - Deputado Thiago Auricchio - favorável

41 - Projeto de lei 9/2021 - Deputado Tenente Nascimento - Institui o "Dia da Celebração da Vida Humana", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. - Deputado Daniel Soares - favorável

42 - Projeto de lei 11/2021 - Deputado Frederico d’Ávila - Denomina "José Ghirghi" o dispositivo de entroncamento localizado no km 262 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Taquarivaí. - Deputado Paulo Fiorilo - favorável

43 - Projeto de lei 13/2021 - Deputado Frederico d’Ávila - Denomina "Henrique Souza Fernandes" o dispositivo de

entroncamento localizado entre os km 230 e 231 da Rodovia Francisco Alves Negrão - SP 258, em Capão Bonito. - Deputado Paulo Fiorilo - favorável

44 - Projeto de lei 87/2021 - Deputado Murilo Felix - Inclui a disciplina de Educação Financeira e Finanças Pessoais no Ensino Fundamental e Médio, no currículo escolar da rede pública estadual. - Deputada Janaina Paschoal - Cota Propõe a juntada ao PL nº 834, de 2007, por tratarem de matéria correlata.

45 - Projeto de lei 121/2021 - Deputado Sargento Neri - Institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas nas Universidades, Faculdades e Escolas Técnicas Estaduais para estudantes filhos de policiais militares, civis e penais mortos ou incapacitados em razão do serviço. - Deputado Delegado Olim - Cota propondo juntada do PL 121/2021 ao PL 712/2008

46 - Projeto de lei 134/2021 - Deputado Rafa Zimbaldi - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo e Estimulo ao Empreendedorismo Social e aos Negócios de Impacto Social (NIS). - Deputado Paulo Fiorilo - favorável

47 - Projeto de lei 215/2021 - Deputada Professora Bebel - Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurantes do Programa Bom Prato nos municípios paulistas com população acima de cem mil habitantes. - Deputado Delegado Olim - favorável

48 - Projeto de lei 245/2021 - Deputado Edson Giriboni - Institui o "Selo Investimento Verde". - Deputada Janaina Paschoal - favorável - F.d.

49 - Projeto de lei 250/2021 - Deputado Rafa Zimbaldi - Denomina "Atílio Bardin" o trevo viário localizado no km 121,800 da Rodovia Zeferino Vaz - SP 332, em Paulínia. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

50 - Projeto de lei 555/2020 Juntado o Projeto de lei 247/2018 - Deputada Leticia Aguiar - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública o Centro de Referência do Idoso - CRI, com sede em Ribeirão Pires. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

51 - Projeto de lei 564/2020 - Deputada Edna Macedo - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública o Centro de Apoio ao Deficiente Físico, com sede em Hortolândia. - Deputada Janaina Paschoal - favorável

52 - Projeto de lei 676/2020 - Deputado Major Mecca - (CONCLUSIVA) Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sete Barras - APAE, com sede naquele Município. - Deputado Emidio de Souza - favorável

53 - Moção 84/2020 - Deputado Campos Machado - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Geraldo Pinheiro Franco, no sentido de que rejeite qualquer proposta de contingenciamento da Corte que envolva a extinção ou anexação de Comarcas na Capital ou no Interior em função das medidas de combate ao coronavírus. - Deputada Marta Costa - favorável

54 - Moção 91/2021 - Deputado André do Prado - (CONCLUSIVA) Aplaude o Dr. Freddy Lourenço Ruiz Costa, juiz de Direito, por sua notável trajetória profissional e por sua dedicação exemplar ao trabalho de defesa da Justiça, contribuindo para uma sociedade melhor. - Deputado Thiago Auricchio - favorável

Para ciência:

Item 55 - Ofício procedente da organização Convergências - Movimentos civis pelo Brasil, manifestando-se acerca de Decretos Estaduais que tratam da situação de pandemia e solicitando providências.

Item 56 - Ofício procedente do Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, manifestando apoio a discussões sobre medidas legislativas ambientais e de saúde mais protetivas em relação ao tema dos agrotóxicos, como o Projeto de Lei 1227/2019 e de outras medidas protetivas.

Item 57 - Of. CONDEPE ç SP nº 220/2021, procedente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo ç CONDEPE, apresentando Nota Técnica acerca do PL 410/2021 .

Debates

5 DE AGOSTO DE 2021 62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - ANDRÉ DO PRADO
Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1.352/15.
2 - JANAINA PASCHOAL
Para questão de ordem, questiona o presidente se não houver a discussão deste projeto, se haverá quórum para votação do mesmo.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que não há quórum para votação do projeto neste momento.
4 - JANAINA PASCHOAL
Discute o PL 1.352/15.
5 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Para comunicação, convida os deputados para uma reunião extraordinária da Comissão de Infraestrutura, a realizar-se hoje, às 14 horas. Informa que será ouvida a diretoria da Arsesp, agência reguladora das tarifas públicas do âmbito estadual.
6 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para questão de ordem, questiona se, mesmo sem quórum, poderiam discutir o projeto em tela.
7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Esclarece que o quórum para a discussão de projetos é de 24 deputados.
8 - MARINA HELOU
Para comunicação, lamenta a falta de quórum e de compromisso dos deputados nesta sessão, para votação de projetos propostos por eles mesmos. Responde o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal. Ressalta que seu projeto tem como objetivo a prioridade na investigação de homicídios de crianças e adolescentes. Defende a importância de colocar em pauta os projetos de deputados. Apela para que os deputados chamem os seus colegas para participarem desta sessão.
9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que faltam 15 deputados para que o quórum de votação seja atingido.
10 - RAUL MARCELO
Discute o PL 1.352/15.
11 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PL 1.352/15.
12 - GIL DINIZ
Discute o PL 1.352/15.
13 - RAUL MARCELO
Para comunicação, esclarece que a palavra rodeio não está no projeto. Ressalta que o mesmo destaca a valorização da cultura caipira. Informa que o rodeio não é brasileiro e nem caipira, tendo surgido com a cultura country trazida para o Brasil e que não faz parte das tradições do estado de São Paulo. Diz ter se filiado ao movimento contra os maus-tratos aos animais. Lembra que o rodeio foi banido em Sorocaba, durante seu mandato de vereador.
14 - GIL DINIZ
Para comunicação, responde o pronunciamento do deputado Raul Marcelo. Considera que a Festa do Peão de

Barretos se trata de um rodeio. Ressalta que no Nordeste são realizadas as vaquejadas e em São Paulo os rodeios.

15 - PROFESSOR KENNY
Discute o PL 1.352/15.
16 - LETICIA AGUIAR
Discute o PL 1.352/15.
17 - ENIO LULA TATTO
Discute o PL 1.352/15.
18 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Informa os Srs. Deputados que não há quórum regimental para continuar a discussão dos projetos. Levanta a sessão.
* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. André do Prado.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Havendo o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 62ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

Item 1 - Projeto de lei nº 1.352, de 2015, do deputado Sebastião Santos. Em discussão o Projeto de lei nº 1.352, de autoria do nobre deputado Sebastião Santos. As Sras. e os Srs. Deputados que têm interesse em discutir a matéria queiram se inscrever pelo chat. Tem uma questão de ordem da deputada Janaina Paschoal, que tem a palavra.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigada, presidente. Bom dia a V. Exas. e aos demais colegas. A questão é a seguinte, presidente: se não houver discussão desse projeto do colega Sebastião, nós poderemos votá-lo? Tem quórum suficiente ou ficará automaticamente adiado? O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - No momento, deputada, não temos quórum ainda suficiente para votação. Então, realmente ele ficaria adiado para a próxima sessão.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Então eu me inscrevo. Eu falo sobre os demais projetos e quem sabe com isso os colegas entram a tempo de nós votarmos. O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Então, em discussão. Com a palavra a nobre deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou falar, na verdade, sobre dois outros projetos que estão na pauta e com relação aos quais não somente eu e alguns colegas da bancada temos algumas observações a fazer. O primeiro deles é o projeto do deputado Professor Kenny, que é um deputado por quem todos nós temos muito respeito.

Então, quero deixar muito claro que não é nenhuma questão pessoal, nem partidária. Eu até já levantei essas indagações na CCJ. O projeto do Professor Kenny prevê que o síndico, que os funcionários do prédio, mas em especial o síndico, terá a obrigação de denunciar qualquer tipo de violência ou indicio de violência contra mulheres, contra crianças, contra idosos, nos condomínios, sob pena de responsabilização pessoal.

Na CCJ inclusive houve um intenso debate em torno desse projeto. A deputada Dra. Damaris fez uma defesa emocionada e emocionante do projeto, porque trabalha com violência doméstica. Eu também trabalhei muito tempo, sobretudo representando crianças vítimas de violência sexual e física, infelizmente.

Então, eu compreendo e louvo a intenção do nosso colega, deputado Professor Kenny, mas eu também tenho a preocupação como pessoa oriunda da Advocacia, professora de Direito Penal, autora de uma tese sobre crimes omissivos.

Eu tenho a preocupação de nós criarmos uma incumbência para o síndico que hoje não existe; criarmos elementos para uma responsabilização não só civil, mas pela teoria que circunda os crimes omissivos, também penal por omissão; geramos uma série de injustiças - e eu vou dar alguns exemplos aqui - e até dificultamos que moradores, que condomínios, queiram ser síndicos.

Inclusive, recentemente, recebi e-mail de um condomínio de casas onde moradores pediam para que nós fizéssemos uma lei para permitir a remuneração do presidente de associação de casas, de condomínios, porque ninguém ali, nenhum morador, queria assumir a Presidência porque não tinha vantagem nenhuma e tinha muita responsabilidade.

Eu sei que a situação do síndico é um pouco diferente, porque pelo menos com relação ao síndico, ele pode ficar isento do condomínio, mas, a depender do grau de responsabilidade, ninguém mais vai querer ser síndico.

Hoje, se um elevador está quebrado e o síndico é avisado e não toma providências, ele já pode ser responsabilizado civil e, a depender do caso, criminalmente por essa omissão.

Se tem uma situação ali de uma rachadura, de um vazamento que gere risco e o síndico não toma providências, ele já pode ser responsabilizado. O que o colega Professor Kenny está querendo criar mediante este projeto é uma responsabilização pelo que acontece dentro das unidades, dentro dos apartamentos.

É óbvio que nos casos que os colegas trouxeram à colação na sessão da CCJ, que se uma pessoa está sendo espancada, se essa pessoa estiver gritando - às vezes até está sendo espancada nas áreas comuns -, é óbvio que todo e qualquer morador deverá tomar providências, porque já existe no Código Penal o crime de omissão de socorro.

Mas da maneira como está redigido esse projeto, nós estamos criando a obrigatoriedade de notificar a autoridade policial e o que nós podemos ter é, por exemplo, um idoso com Alzheimer gritando o dia inteiro - e, infelizmente, esses quadros não são incomuns.

E o síndico naquela situação: "Bom, eu sei que essa família tem uma situação específica, tem um idoso com uma patologia. Eu sei que ele grita, os familiares já conversaram comigo, mas se eu não chamo a polícia e amanhã tem algum problema, eu vou ser responsabilizado".

Então, assim, uma série de situações que podem gerar dúvida sobre a existência ou não de algum tipo de maus-tratos e o síndico com uma obrigação que não tem a ver com a função dele. Então, eu penso que é um projeto muito bem-intencionado, mas é um projeto perigoso sob o ponto de vista jurídico. É um projeto que vai menos evitar...

É um projeto que vai menos evitar o que pretende evitar e mais desestimular as pessoas a assumirem essa função, que é importante, e ainda gerar a possibilidade da lavratura de boletins de ocorrência e do chamamento da polícia em circunstâncias que não são de natureza penal.

Eu sei, eu já fui muito criticada na CCJ por trazer essa reflexão. Imagino que os colegas me criticarão também, mas eu penso ser importante. Por tudo o que eu já presenciei na minha vida em termos de injustiças com situações familiares, pelos estudos que fiz em torno dos crimes omissivos, eu penso ser importante levantar esses pontos para reflexão.

Também gostaria de falar um pouquinho sobre o projeto do deputado Paulo Fiorilo e da deputada Marina Helou, que trata do cadastro, da publicização dos lotes de vacinas e, se nós entendemos bem, até das pessoas que foram vacinadas. Aqui, eu tenho ponderações de duas ordens: a primeira ponderação tem a ver